

O MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIMUENDAJU

George de Cerqueira Leite Zarur (FLACSO)

Curt Nimuendajú, como diz Roque Laraia em artigo de 1988, “*constituiu-se em uma das poucas entidades mitológicas da etnologia brasileira*”.

O que fez de Curt Nimuendajú nosso herói cultural? A resposta é que inaugurou um padrão de trabalho que se tornaria modelo para gerações de antropólogos brasileiros. Esse paradigma, no qual eu e tantos outros nos formamos, associava intenso trabalho de campo com apaixonado indigenismo. Herbert Baldus o considera, no necrológio que escreveu para o *American Anthropologist*, “*talvez o maior indianista de todos os tempos*”. Alfred Metraux, no necrológio para a Revista da “*Société des Americanistes*” aponta o caráter revolucionário de sua obra, que “*nos trouxe uma nova imagem do índio brasileiro e mudou nossas noções tradicionais sobre a etnografia sul-americana*”.

Sempre me impressionou a rejeição de Nimuendajú aos brasileiros do interior. Por isso perguntei a pessoas que o conheceram, como Herbert Baldus, Dona Heloisa Alberto Torres, Eduardo Galvão e Orlando Villas-Boas, a razão dessa atitude. Tinha a ver, naturalmente, com justificado sentimento frente aos que desejavam assassinar os índios, escravizá-los e tomar suas terras. Esta era uma de suas motivações, mas havia, também, uma espécie de desprezo cultural, uma vez, que valorizava os “índios puros”, pois percebia as populações caboclas como culturalmente inferiores, como índios decadentes. Comparar para melhor e pior culturas diferentes é algo a ser realizado com multiplicadas ressalvas metodológicas, mas não resta dúvida quanto às melhores condições materiais de vida de índios que mantêm o controle de seus territórios tradicionais e dos recursos naturais neles existentes. Pessoas exploradas nos seringais, por exemplo, estão em piores condições de vida do que as de índios que produzem para o seu próprio sustento.

A própria vinda de Nimuendajú para o Brasil, com o presumível objetivo de conhecer os índios, manifesta a característica feição romântica da cultura alemã de então, que valorizava as pessoas simples, o folclore camponês, e as lendas antigas, em uma

tradição, que chega até Wagner. O ambiente cultural amplo em que se formou, mesmo fora dos muros acadêmicos, deve ter contribuído para a excelência de seu trabalho, pois Nimuendajú era um autor sensível a problemas importantes e, por vezes, bastante sofisticado.

Outro fator a explicar a excelência da obra Nimuendajú foi o tempo que permaneceu no campo. Embora intermediasse períodos de campo mais longos ou curtos, o fato é que com os guarani de São Paulo permaneceu por dois anos. Seu trabalho “*A Lenda da Criação e Destruição do Mundo na Religião dos Apopokuva-Guarani*” foi considerado por Egon Schaden como “*obra monumental*”. Metraux, no obituário de Nimuendajú que escreveu para a Société des Américanistes (1950) a considera uma “obra clássica”. Herbert Baldus (1946) a classifica como “*uma de suas publicações mais importantes*”.

Este seu estudo foi publicado em 1915, tempo em que não tinha qualquer contato com Erland Nordeskiöld ou com Robert Lowie, com quem posteriormente estaria associado. Melatti (1985, 10) contesta que Nimuendajú “*estivesse guiado pela mão de Lowie*”, pois quando do trabalho de campo entre os Jê centrais, antes de seu contato com Robert Lowie, demonstrava já estar interessado em questões sobre as quais publicaria em conjunto com esse antropólogo norte-americano.

Longos períodos de campo propiciam um conhecimento único da cultura e da sociedade indígenas adquirido de duas maneiras: primeiro, devido ao conhecimento da língua da população estudada; segundo, por induzir a uma atitude que respeita os índios como seres humanos e valoriza sua cultura. Essa atitude posicionava Nimuendajú como aprendiz de um conhecimento que considerava valioso. Não tinha formação universitária, mas aprendeu com os próprios índios, seguindo a metodologia que distingue a antropologia das demais ciências sociais. Essa humildade frente à cultura indígena marca a melhor etnologia.

Além da sua importância para a etnologia brasileira e para o indigenismo, a publicação do Mapa de Nimuendajú representava uma forma de homenagear seu lendário

autor. Daí o interesse recorrente de gerações de antropólogos, na publicação de seu mapa, sua obra mais original. Tive a felicidade de conseguir reunir os meios necessários para publicar seu Mapa em 1981.

Um pequeno volume acompanha a obra publicada. Inclui, de autoria de Curt Nimuendajú, suas Observações sobre o mapa, além do *Índice de Tribos, do Índice Bibliográfico e do Índice dos Autores*. Compreende, ainda, cinco artigos, um de autoria do geógrafo Virgílio Correa Filho; outro de autoria do antropólogo Luiz de Castro Faria; um terceiro de autoria do Cartógrafo do IBGE Rodolpho Pinto Barbosa; artigo de autoria das lingüistas Charlotte Emmerich e Yonne Leite; e outro de minha autoria.

O mapa de Nimuendajú consiste em um gigantesco banco de dados sobre a distribuição no espaço e no tempo das tribos indígenas brasileiras. É um grande testemunho do estado da arte da etnologia de seu tempo. Foi artesanalmente elaborado com os recursos da época, o desenho a nanquim. Reúne, em sua última versão, praticamente toda a literatura então disponível para a identificação do nome das tribos indígenas brasileiras atuais e extintas, conhecidas até a data sua elaboração, sua classificação lingüística, sua localização atual, sua localização histórica e, em muitos casos o sentido de suas migrações.

Embora a publicação de 1981, fosse baseada no mapa de propriedade do Museu Nacional elaborado em 1944, Nimuendajú desenhou três mapas. O primeiro foi concluído em 1942 para o *Handbook of South American Indians*. Como demonstram Emmerich e Leite em seu artigo que acompanha a publicação do Mapa em 1981, foi considerado demasiado grande e com insuperáveis problemas gráficos para sua publicação devido ao excesso de cores usadas na classificação lingüística. Houve uma simplificação, na qual, embora reconhecido o valor do trabalho, sacrificaram-se aspectos importantes.

Fascinados pela obra apresentada ao Handbook, diretores de diferentes instituições brasileiras a encomendaram a Nimuendajú. A segunda versão do mapa foi elaborada em 1943, por encomenda de Carlos Estevão de Olivdeira, Diretor do Museu Paraense, hoje, Museu Paraense Emílio Goeldi. Segundo Nunes Pereira (1946, pg., 30) havia, ainda, uma

versão em “*proporções menores*” desenhado a pedido de José Maria da Gama Malcher, Inspetor de Índios do Pará. Esta última versão, cujo destino se desconhece, mas que pode ter sido destruída no incêndio do SPI de 1968, segundo a mesma fonte foi realizada com o apoio do cartógrafo Mayr Fortuna da Comissão de Limites. A terceira versão de 1944 foi encaminhada ao Museu Nacional, a pedido de sua Diretora, D. Heloisa Alberto Torres. Esta última versão é a mais completa. Compreende 1400 nomes tribais e 972 referências bibliográficas. Foi como se as versões anteriores, com menor número de referências, representassem um ensaio para uma aproximação mais precisa do retrato dos índios brasileiros apresentado pelo Mapa.

Nimuendajú afastou-se das aldeias indígenas para elaborar seus mapas após encontrar problemas para obter autorização para se deslocar ao campo, devido ao fato de ter nascido na Alemanha, país com o qual o Brasil estava em guerra e, ainda, devido a problemas de saúde.

Segundo Emmerich e Leite (op.cit.), D. Heloisa Alberto Torres, na condição de Diretora do Museu Nacional fez repetidas tentativas para publicar o mapa, sempre esbarrando nas mesmas dificuldades gráficas que levaram ao empobrecimento de sua publicação pelo *Handbook of South American Indians*. Ainda, segundo essas autoras, em 1964, Roberto Cardoso de Oliveira, então Chefe da Divisão de Antropologia do Museu Nacional mandou redesenhar o mapa, com o objetivo de divulgá-lo.

O crédito pela publicação do Mapa foi-me generosamente concedido por Castro Faria em seu artigo sobre Nimuendajú no livreto que o acompanha e por Roque Laraia em seu artigo “*A Morte e as Mortes de Curt Nimuendajú*”. O reconhecimento de meus professores e colegas é bem mais valioso e gratificante do o que poderia ter sido concedido pelos Presidentes do IBGE e da Fundação Pró-Memória nos textos auto-laudatórios que escreveram para a publicação.

Por indicação do Professor Roberto Cardoso de Oliveira, aceitei, em 1975, a posição de Diretor da FUNAI, na qual permaneci até 1976. Em pleno processo de abertura política do governo Geisel, o então Presidente da FUNAI, General Ismarth Araújo Oliveira,

comprometido com esse projeto, procurava um antropólogo para esse cargo. Minha primeira providência, ao ocupar o gabinete que me foi designado, foi a de por uma fotografia de Nimuendajú em local de destaque.

Colegas antropólogos insistiram para que o mapa fosse publicado. De fato, além de seu interesse acadêmico, o mapa de Nimuendajú representava então e representa hoje, importante arma para a defesa das terras indígenas. Todas as constituições brasileiras, desde 1934, garantem o direito indígena às terras que ocupam. Mesmo sem fazer referência explícita à tese da “imemorialidade”, a demonstração da permanência histórica dos índios no local em que se encontram, consiste em argumento jurídico essencial para a garantia de seu direito à terra.

Saí da Funai em 1976, quando fui convidado para trabalhar no antigo Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, que viria a dar origem à atual Fundação Pró-Memória. O CNRC, onde assumi a função de Coordenador de Ciências Humanas e Sociais, era um órgão de proteção do patrimônio cultural. A preservação, proteção e publicação de documentos importantes para a “*memória nacional*” eram alguns de seus objetivos.

Após ganhar o apoio do CNRC, estive no Museu Nacional, onde vi o Mapa e conversei com Luiz de Castro Faria, meu professor no mestrado no Museu Nacional, e com minhas colegas e amigas, as lingüistas Charlotte Emmerich e Yone Leite. No IBGE, inicialmente, entrei em contato com o Speridião Faissol, Superintendente de Indicadores Sociais do órgão, um cientista “*puro sangue*” considerado o líder da “*geografia quantitativa*” no Brasil. Faissol, meu grande amigo e meu tio, colocou-me em contacto com Rodolpho Barbosa que, então, chefiava um setor na área de cartografia do IBGE.

Após obter o apoio de meus colegas antropólogos e lingüistas e de técnicos e pesquisadores do IBGE, restava fechar politicamente a publicação, o que consegui após “*costurar*” uma reunião do Presidente da Fundação Pró-Memória com o Presidente do IBGE.

Em 1979, após muito trabalho, viagens, reuniões e encontros, o trabalho já estava praticamente pronto. Consegui o mapa do Museu Goeldi para que fosse cotejado com o do Museu Nacional. Escrevi uma introdução para a publicação, que explorava sua importância para o indigenismo, mas resolvi evitar esse assunto. Era tão feroz a luta travada em torno das terras indígenas, que apregoar a importância do Mapa para sua defesa poderia impedir a publicação. Era mais sensato enfatizar seus aspectos acadêmicos e artísticos, seu perfil de “*patrimônio cultural*”, e ocultar sua função política de instrumento de defesa dos territórios indígenas, exatamente para que, uma vez publicado, pudesse exercê-la. Portanto, em manobra diversionista, concentrei-me na avaliação do impacto da publicação para o problema do peso do meio ambiente versus o da cultura tradicional, no texto que, acreditava, seria a apresentação da publicação. Essa introdução, após meu afastamento do CNRC, transformou-se em capítulo do livro que acompanha a obra e foi substituída por textos oficiais dos Presidentes do IBGE e da Fundação Pró-Memória.

Este é a história da publicação do Mapa Etno-histórico de Nimuendajú. É um registro da cultura, da sociedade e da antropologia brasileira de um tempo que passou. Pode ser de interesse confrontá-la com os sistemas atuais de publicação de obras acadêmicas, mais profissionais e impessoais do que na época de Nimuendajú e do tempo em que trabalhei para a publicação de seu Mapa.